



APÊNDICE DO ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 Descrição da necessidade da contratação, considerando o problema ser resolvido sob a perspectiva do interesse público.

Inciso I, do artigo 9º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22

- 1.1 O objetivo deste Estudo Técnico Preliminar é suprir a necessidade de divulgar o lançamento de anuidades, processos de cobrança e outras comunicações oficiais do CRQ-IV, por meio de notificação digital com validade jurídica.
- 1.2 A contratação justifica-se pela necessidade de implementar um serviço essencial para a comunicação oficial da instituição: o envio de notificações digitais com validade jurídica via e-mail. Esta iniciativa representa um avanço significativo na modernização dos processos de comunicação, assegurando a integridade, autenticidade e eficácia das notificações eletrônicas, em conformidade com os requisitos legais.

2. Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade

Inciso II, do artigo 9º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22

2.1. Natureza da Contratação

- 2.1.1. O objeto da contratação tem a natureza de serviço comum, de que trata o Art. 6º - Inc. XIII da Lei 14.133/21, pois pode ser objetivamente especificado por meio de padrões usuais no mercado e características comuns pré-estabelecidas. O serviço caracteriza-se como de natureza continuada, pois é essencial para a manutenção das atividades institucionais e o cumprimento de obrigações legais e regulatória. Podendo, portanto, ser contratado por meio de processo licitatório na modalidade pregão em sua forma eletrônica, com critério de julgamento menor preço..
- 2.1.2. Este serviço é fundamental para garantir a continuidade das comunicações oficiais, assegurando que as notificações sejam enviadas de forma regular, com segurança e validade jurídica. A necessidade de manutenção ininterrupta desse serviço justifica-se pela demanda constante de comunicação com partes interessadas, o que exige uma solução tecnológica confiável para assegurar a integridade, autenticidade e eficácia das notificações ao longo do tempo.

2.2. Duração Inicial do Contrato

- 2.2.1. O contrato terá vigência inicial de um ano, com a possibilidade de prorrogação sucessiva por iguais períodos, desde que devidamente justificada a vantagem para a administração pública, podendo estender-se por até 10 anos, conforme a prática de diversos órgãos públicos para garantir a continuidade dos serviços essenciais e a obtenção de melhores condições contratuais ao longo do tempo.

2.3. Sustentabilidade

- 2.3.1. A fim de reduzir o consumo de papel, contribuindo para a economia de recursos naturais e energéticos, o CRQ-IV/SP incentiva a prática de ações sustentáveis, visando a utilização inteligente de seus recursos, a preservação do meio ambiente,



e a economicidade.

2.3.2.A utilização de gerenciamento informatizado reduz os riscos de extravio, perda ou danificação de documentos importantes.

2.4. Transição Contratual

2.4.1.Este tópico não se aplica ao presente estudo, uma vez que os serviços a serem contratados são novos para a instituição e não envolvem a substituição de fornecedores anteriores. Além disso, a natureza dos serviços não apresenta complexidade que justifique a necessidade de uma transição gradual ou a transferência de conhecimento, tecnologia ou técnicas empregadas. Portanto, a implementação poderá ser realizada diretamente pela empresa contratada, sem a necessidade de etapas de transição contratual.

2.5. Relevância dos requisitos estipulados

2.5.1.A escolha do tipo e solução de contratação para os serviços de envio de notificações digitais com validade jurídica via e-mail, baseia-se na necessidade de assegurar a integridade, confidencialidade e confirmação de recebimento dessas notificações.

2.5.2. A contratação de uma empresa especializada para a realização dos serviços de notificação digital justifica-se pela inovação e eficácia que essa modalidade oferece em comparação com os serviços tradicionais de entrega física de documentos com aviso de recebimento.

2.5.3.Os serviços digitais proporcionam vantagens significativas em termos de prazos e custos, promovendo a economicidade e a eficiência no envio de notificações de inscrição em dívida ativa, cobrança extrajudicial, cobranças iniciais e lançamentos tributários para pessoas físicas e jurídicas do CRQ-SP. Essa contratação está em conformidade com o artigo 142 do Código Tributário Nacional e a Resolução Normativa 322/2023 do CFQ, que aprova as Diretrizes de Cobrança do Sistema CFQ/CRQs.

3. Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução.

Inciso III, do artigo 9º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22

3.1 Levantamento de mercado

3.1.1 A análise das soluções de mercado identificou que existem diversas empresas especializadas no envio de notificações digitais com validade jurídica via e-mail, oferecendo tecnologias avançadas que garantem a integridade, autenticidade e segurança das comunicações eletrônicas. Essas soluções são amplamente utilizadas por instituições públicas e privadas que necessitam de mecanismos confiáveis para o envio de documentos com validade jurídica.

3.1.2 As empresas do setor oferecem serviços que incluem a confirmação de recebimento, criptografia, e conformidade com as normativas legais, como a Medida Provisória nº 2.200-2/2001, que regulamenta a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

3.1.3 Esta solução permite à instituição acessar tecnologias consolidadas e suportadas por práticas reconhecidas, assegurando a eficiência e eficácia das notificações enviadas, características fundamentais para o sucesso da contratação.

3.2 Justificativa técnica



- 3.2.1 A contratação dos serviços de envio de notificação digital com validade jurídica via e-mail é tecnicamente justificada pela necessidade de modernizar e tornar mais eficiente o processo de comunicação oficial da instituição. Este serviço permite a emissão de notificações com comprovação de entrega, assegurando integridade, confidencialidade e a confirmação do recebimento, o que é essencial para garantir a segurança jurídica das comunicações.
- 3.2.2 Além disso, a digitalização de processos contribui para a redução de custos operacionais associados ao envio de correspondências físicas, promovendo maior celeridade e transparência nas interações entre a instituição e seus destinatários, sejam eles profissionais ou empresas. A contratação é também uma resposta à demanda crescente por processos mais ágeis e sustentáveis, alinhando-se às melhores práticas de governança e gestão pública. A solução proposta possibilita a integração com sistemas existentes, facilitando a gestão, o monitoramento e a extração de relatórios detalhados sobre o envio e a entrega das notificações, o que é fundamental para a tomada de decisões informadas e a melhoria contínua dos serviços prestados.

4. Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso.

Inciso IV, do artigo 9º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22

4.1. Do Objeto

- 4.1.1. Prestação de serviços de envio de notificação digital com validade jurídica via e-mail.

4.2. Do Local da Prestação de Serviços

- 4.2.1. Os serviços de envio de notificação digital com validade jurídica via e-mail serão prestados de forma remota, utilizando a infraestrutura tecnológica da empresa contratada, integrada aos sistemas do CRQ-IV/SP. A empresa contratada deverá garantir que todos os processos sejam executados com segurança, confidencialidade e em conformidade com as normas vigentes, independentemente do local onde suas operações estejam baseadas.
- 4.2.2. Embora o serviço seja prestado remotamente, a empresa deverá estar disponível para suporte técnico e operacional, assegurando a continuidade e a qualidade do serviço contratado. Qualquer interação necessária entre a contratada e o CRQ-IV/SP poderá ser realizada por meio de canais digitais, garantindo agilidade e eficiência na comunicação e na resolução de eventuais questões.

4.3. Descrição Quantitativa

| Item | Quant. | Unid. | Descrição | Catser |
|------|---------|-------|---|--------|
| 1 | 165.000 | Unid. | Prestação de serviços de envio de notificação digital com validade jurídica via e-mail. | 24996 |

4.4. Requisitos Externos



4.4.1 A presente contratação deve observar as seguintes leis e normas:

- a) Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, e suas alterações.
- b) Resolução Normativa nº 322/2023, do Conselho Federal de Química, Aprova as Diretrizes de Cobrança do Sistema CFQ/CRQs, que dentre outras informações estabelece que os créditos inscritos em dívida ativa serão objeto de medidas administrativas de cobrança previamente à cobrança judicial, tais como o envio da notificação para inscrição em dívida ativa ao devedor, a ser realizada com Aviso de Recebimento, que a notificação do lançamento ao sujeito passivo será feita por correio eletrônico, correio ou pessoalmente, preferencialmente na seguinte ordem e outras medidas informais que visem o cumprimento da obrigação, tais como o envio de e-mails, aplicativo de mensagens instantâneas, SMS, e contatos pessoais ou telefônicos com o devedor.
- c) O artigo 212 do Código Civil estabelece que, para a validade dos atos processuais e comunicações, é necessário que o destinatário tenha ciência efetiva do conteúdo.
- d) O artigo 225 do Código Civil dispõe sobre a presunção de veracidade dos documentos particulares, desde que não haja prova em contrário. A contratação de uma empresa especializada para o envio dessas notificações assegura que os documentos eletrônicos sejam gerados e transmitidos com mecanismos que garantam sua integridade e autenticidade, conforme exigido pela legislação. Dessa forma, as notificações digitais enviadas serão consideradas válidas e revestidas de fé pública, salvo prova em contrário, atendendo plenamente aos requisitos legais e oferecendo segurança jurídica às partes envolvidas.
- e) A Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), que confere autenticidade, integridade e validade jurídica aos documentos eletrônicos, inclusive notificações, quando assinados com certificação digital no padrão ICP-Brasil. Ao contratar uma empresa especializada para o envio de notificações digitais, buscamos garantir que todos os documentos eletrônicos transmitidos sejam reconhecidos legalmente e produzam os mesmos efeitos dos documentos físicos, conforme estabelecido pela MP 2.200-2, assegurando segurança e confiabilidade jurídica às comunicações realizadas.

4.5 Das Obrigações da Contratada

A empresa contratada deverá cumprir rigorosamente as especificações e condições estabelecidas neste documento e no contrato, fornecendo uma solução completa para o envio de notificações digitais com validade jurídica via e-mail. Isso inclui garantir uma franquia de 165.000 disparos anuais, assegurando que todas as notificações atendam aos requisitos legais e técnicos estipulados.

4.5.2 Prestar os serviços no prazo e quantidade especificados, garantindo a qualidade e a integridade das notificações digitais enviadas.

4.5.3 A empresa contratada deverá fornecer um sistema integrado que inclua funcionalidades essenciais, como gestão de usuários, controle das mensagens enviadas, e geração de relatórios gerenciais com gráficos. O sistema deve permitir o cadastro para envio de resumos diários por e-mail, além de possibilitar a extração de dados em formato .csv e a criação de templates personalizados.

4.5.4 A solução deve incluir um selo de autenticidade customizável, com capacidade de consulta da integridade da mensagem tanto para o destinatário quanto para o remetente. O sistema deve suportar o envio de mensagens em massa através



de arquivos .xlsx, bem como oferecer integrações via sufixo e API. Outro aspecto fundamental é a emissão de laudos periciais/jurídicos atualizados, contendo o conteúdo do e-mail enviado, incluindo o download de Carimbo do Tempo.

- 4.5.5 A solução também deve garantir o envio de notificações para um destinatário por mensagem, com armazenamento seguro de mensagens e anexos. Treinamento sobre o uso da ferramenta deverá ser disponibilizado, assim como o monitoramento de disparos por servidores e o controle de picos de disparos. Além disso, o sistema deverá enviar avisos automáticos ao remetente sobre eventos de envio, entrega e primeira abertura das mensagens.
- 4.5.6 O serviço inclui a emissão de laudos periciais de Comprovação Técnica de Recebimento de Comunicação Digital do Tipo E-mail com Carimbo do Tempo certificado pelo Observatório Nacional, assinado digitalmente com Certificado ICP-Brasil em formato PDF para cada disparo realizado. Esses arquivos PDF deverão ser disponibilizados para download por meio de um link fornecido pelo suporte.
- 4.5.7 O suporte aos usuários do serviço será realizado através de uma Central Telefônica de Atendimento, disponível durante o horário comercial, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, exceto feriados nacionais. Todas as informações referentes aos disparos de e-mail deverão ser acessíveis no portal da contratada durante a vigência do contrato.
- 4.5.8 Arcar com todos os custos e encargos resultantes da execução dos serviços, inclusive impostos, taxas, emolumentos incidentes sobre o objeto do contrato, e tudo que for necessário para a fiel execução dos serviços contratados.
- 4.5.9 A contratada deverá manter a confidencialidade de todas as informações e dados a que tiver acesso em função da execução do contrato, não podendo divulgá-los a terceiros sem a autorização expressa do CRQ-IV/SP.
- 4.5.10 A empresa deve garantir que seus funcionários e prestadores de serviço estejam cientes e respeitem as obrigações de sigilo e confidencialidade estabelecidas.
- 4.5.11 Em caso de violação de confidencialidade, a contratada será responsável pelos danos decorrentes e deverá comunicar imediatamente ao CRQ-IV/SP qualquer incidente que possa comprometer a segurança das informações.

4.6 Das Obrigações Do Contratante

- 4.6.1 **Fornecimento de Informações:** Disponibilizar todas as informações e documentos necessários para a execução dos serviços, conforme especificado no Termo de Referência e contrato, garantindo que a empresa contratada tenha acesso completo às informações requeridas para o cumprimento de suas obrigações.
- 4.6.2 **Acesso às Instalações e Sistemas:** Permitir o acesso às suas instalações e sistemas, quando necessário, para que a empresa contratada possa realizar a implementação, configuração e testes da solução de envio de notificações digitais com validade jurídica via e-mail.
- 4.6.3 **Acompanhamento e Fiscalização:** Designar um responsável para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, garantindo que os serviços sejam prestados de acordo com as especificações e prazos estabelecidos, e que quaisquer problemas ou não conformidades sejam resolvidos de forma eficiente.
- 4.6.4 **Pagamento Pontual:** Realizar os pagamentos de acordo com os termos estabelecidos no contrato, após a verificação e aceitação dos serviços prestados, conforme as condições de pagamento acordadas.
- 4.6.5 **Colaboração:** Cooperar com a empresa contratada, fornecendo suporte técnico e



operacional necessário para a execução dos serviços, incluindo a disponibilização de acesso a informações e sistemas relevantes para a realização dos disparos de e-mail e o cumprimento das exigências contratuais.

- 4.6.6 **Comunicação de Alterações:** Notificar a empresa contratada sobre qualquer alteração nas necessidades ou requisitos que possam impactar a execução dos serviços, possibilitando ajustes ou adaptações necessárias no escopo ou na execução dos serviços contratados.
- 4.6.7 **Recebimento e Validação:** Receber e validar a documentação técnica e relatórios fornecidos pela empresa contratada, incluindo os laudos periciais e comprovações de recebimento, assegurando que estes atendam aos padrões exigidos e sejam disponibilizados de acordo com os termos do contrato.
- 4.6.8 **Proteção de Dados:** Garantir a proteção e confidencialidade dos dados e informações trocadas com a empresa contratada, assegurando que todas as medidas necessárias sejam tomadas para preservar a integridade e segurança das informações durante a execução do contrato.
- 4.6.9 **Retenções de tributos:** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber.

5. Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala.

(Inciso V, do artigo 9º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22)

- 5.1. As estimativas de quantidades foram baseadas em memória de cálculos, visando otimizar a economia de escala e atender às necessidades dos principais departamentos envolvidos e analisadas as necessidades específicas da instituição para determinar o volume de serviços requeridos.
- 5.2. Os quantitativos, detalhados na Tabela 1 abaixo, refletem a análise das necessidades para o processo de comunicação de lançamentos e envio de avisos de vencimento das anuidades, além de cobrir a recuperação de créditos e a comunicação de outras informações relevantes. Esta análise inclui notificações de lançamento de anuidades, ofícios de débitos, intimações, notificações de multas e outros ofícios, bem como notificações de inscrição em dívida ativa, recadastramento de suspensão e notificações extrajudiciais.
- 5.3. Tabela 1 - Estimativa de uso anual dos serviços

ESTIMATIVA DE USO ANUAL- EMAIL COM VALIDADE JURÍDICA - 2025

| Serviços de Notificação Digital com Validade Jurídica VIA E-MAIL | | |
|--|--------------|---|
| Setor | Qd. Estimada | Finalidade |
| GFA | 120.000 | Notificações de Lançamento de anuidades |
| GFA/GSE/GFI | 25.000 | Ofício de débitos, intimações, notificações multas e outros ofícios |
| GFA | 13.000 | Notificações de Inscrição em Dívida Ativa |
| GFA | 1.000 | Recadastramento de Suspensão |
| GFA | 6.000 | Notificação Extrajudicial |
| Total anual | 165.000 | |

6. Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação

Inciso VI, do artigo 9º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22



6.1. Para alcançar a melhor contratação, mediante a competitividade em busca da proposta mais vantajosa. O custo estimado da desta contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas

7. – Justificativas para o parcelamento ou não da solução, se aplicável (Inciso VII, do artigo 9º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22)

7.1. A presente contratação não será parcelada por se tratar de item único.

8. – Contratações correlatas e/ou interdependentes (Inciso VIII, do artigo 9º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22)

8.1. A contratação de uma empresa para fornecer serviços de envio de notificações digitais com validade jurídica via e-mail é imprescindível para atender às demandas institucionais de comunicação oficial. Este serviço assegura a integridade, autenticidade e validade jurídica das notificações, permitindo uma comunicação mais eficiente e segura.

8.2. A implementação deste serviço não envolve contratações correlatas e/ou interdependentes, focando exclusivamente na modernização dos processos administrativos e no cumprimento das exigências legais e regulatórias, alinhando-se aos princípios de eficiência e transparência estabelecidos pela normativa.

9. – Demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, de modo a indicar o seu alinhamento com o instrumento de planejamento do órgão ou entidade (Inciso IX, do artigo 9º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22)

9.1. Elemento de Despesa CE 33.90.39.006 - Licença de Uso de Sistemas de Informática – SOFTWARE

9.2. Planejamento Estratégico referente a Gestão 2018 a 2028

9.3. Previsto no Plano Anual de Contratações – 2024

9.4. Objetivo Estratégico: OE 11 - Adotar as melhores práticas de Governança e Gestão

10. – Demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (Inciso X, do artigo 9º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22)

10.1. A presente contratação visa aprimorar a execução das atividades relacionadas à otimização do processo de notificações de lançamento das anuidades, contribuir para a recuperação de créditos tributários e aumentar a segurança jurídica nas comunicações eletrônicas da instituição.

10.2. Com isso, espera-se alcançar os seguintes resultados:

- a) Assegurar a legalidade das comunicações eletrônicas referentes aos lançamentos das anuidades e às multas por infrações à legislação da atividade química; Auxiliar na recuperação de créditos inscritos em dívida ativa, possibilitando a redução dos custos de cobrança; Reduzir os custos de envio de comunicados oficiais, substituindo, quando aplicável, o envio de Avisos de Recebimento pelo método tradicional; Por fim, a contratação visa garantir a entrega eficiente e econômica de notificações digitais



com validade jurídica, assegurando maior transparência, confiabilidade, e rastreamento das comunicações entre CRQ-SP e os profissionais e empresas. Esperando-se, assim, otimizar processos, reduzir custos operacionais, e contribuir para a sustentabilidade ao minimizar o uso de documentos impressos. – **Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, tais como adaptações no ambiente do órgão ou da entidade, necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações, capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual** (Inciso XI, do artigo 9º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22)

- 11.1. O serviço em questão será uma atividade rotineira do CRQ-IV/SP, que já conta com uma estrutura física e tecnológica plenamente adequada para a sua execução. O Conselho possui os recursos necessários em quantidade suficiente, bem como a capacidade para realizar o acompanhamento eficiente de todas as atividades envolvidas.
- 11.2. Nesse contexto, o CRQ-IV/SP está totalmente preparado para atender às demandas relacionadas a este serviço, assegurando a qualidade e o bom desempenho das atividades prestadas, com base em sua robusta infraestrutura e tecnologia.

12. – Descrição dos possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável

(Inciso XII, do artigo 9º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22)

- 12.1. O serviço de envio de notificação digital com validade jurídica via e-mail não apresenta impactos ambientais significativos. Este serviço, por sua natureza digital e virtual, não envolve o consumo de recursos físicos consideráveis, como papel, energia em larga escala, ou geração de resíduos que demandem logística reversa para desfazimento e reciclagem.
- 12.2. Portanto, não há necessidade de medidas mitigadoras específicas, uma vez que o processo contribui para a redução do uso de recursos naturais e minimização de impactos ambientais quando comparado a métodos tradicionais de notificação.

13. - Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina

(Inciso XIII do artigo 9º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22)

- 13.1. O serviço de notificação digital com validade jurídica via e-mail é de extrema importância para a gestão e comunicação do CRQ-IV/SP, contribuindo para a eficiência operacional e segurança jurídica da entidade. A solução proposta, conforme descrito no Estudo Técnico Preliminar, é tecnicamente viável, adequada e necessária para atender às necessidades de otimização dos processos de comunicação e redução de custos.
- 13.2. A contratação deste serviço se mostra plenamente compatível com a estrutura e recursos existentes no CRQ-IV/SP. Diante disso, conclui-se pela viabilidade da contratação e recomenda-se o prosseguimento da licitação, que deverá ocorrer de acordo com a Lei 14.133/2021.

14. - Classificação quanto ao acesso à informação



(artigo 13º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/22)

14.1. Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, o presente estudo não se classifica como sigiloso.

São Paulo, 16 de agosto de 2024.

Equipe Técnica de Planejamento

José Antonio de Jesus Sacco
Integrante Requisitante

Luciano dos Santos Lopes
Integrante Técnico

Alexandre de Paula
Integrante Técnico

Bering Porto da Silva
Integrante Técnico

Waldemir Menezes da Silva
Integrante Administrativo